



GT 67. Povos indígenas e abordagens transversais: etnologia, história e arqueologia

Coordenador(es):

Vicente Cretton Pereira (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Sessão 1

Debatedor/a: Rafael Fernandes Mendes Júnior (BN)

Sessão 2

Debatedor/a: Fabíola Andréa Silva (USP - Universidade de São Paulo)

O objetivo deste GT é reunir pesquisadores cujos trabalhos explorem a transversalidade entre a antropologia, história e arqueologia relacionada aos povos ameríndios, a fim de iniciar uma discussão sobre novos paradigmas analíticos possíveis em função dos avanços registrados na pesquisa nas duas últimas décadas. Por exemplo, as relações entre os diversos povos indígenas amazônicos e seus padrões da borracha no século XIX, ou entre os grupos guarani e as missões jesuíticas e franciscanas entre os séculos XVI e XIX apontam para a relevância da história para o debate sobre as transformações pelas quais passaram esses e outros grupos ameríndios. A crítica etnográfica de fontes históricas tem trazido à tona dados preciosos acerca de muitos contextos americanos, permitindo reconstruir, ainda que parcialmente, determinadas realidades sociais – bem como repensar as realidades presentes vividas por esses indígenas. Além da antropologia e da história, trabalhos recentes em arqueologia têm contribuído decisivamente para uma maior compreensão de tais realidades, seja desvelando o caráter antropogênico da floresta amazônica por exemplo, ou ainda desenvolvendo uma perspectiva antineolítica para esta região, diferenciando as trajetórias dos povos ameríndios e as dos povos do velho mundo, permitindo vislumbrar traços do que seria uma História Antiga da América.

SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: Territorialidade Indígena Kaimbé e os conflitos sociopolíticos no contexto dos sítios arqueológicos

Autoria: Vanessa Cosma da Silva Mello Iguatemy (USP - Universidade de São Paulo)

A pesquisa trata sobre a relação entre territorialidade, memória e símbolos, no Submédio São Francisco, norte da Bahia, com a população Kaimbé do povoado Brejo da Brásida no município de Sento Sé-BA. Eles procuram a legitimação de suas reivindicações através da defesa dos sítios arqueológicos frente à hegemonia econômica e aos impactos de grandes empreendimentos como barragens, parques eólicos e mineradoras. Pelas vozes da comunidade, buscamos refletir sobre o discurso de identidade e seus referenciais simbólicos. Dos 950 sítios de Sento Sé, 60 estão no Brejo da Brásida, cadastrados pela população local e pesquisadores após a inundação da barragem de Sobradinho em 1974. Como essa comunidade estabelece seu sentido de pertencimento relacionado ao território e ao patrimônio arqueológico e ambiental? A problemática se profere a partir de quais são suas ações para expressar a afirmação identitária. Além disso, como eles se veem na preservação de seus signos e significados nas paisagens e nestes sítios. A metodologia baseia-se na observação participante para compreender o cotidiano, as estratégias e ações de preservação, bem como acompanhar e refletir sobre como se articula perante os agentes impactantes e a gestão pública. No exercício da história oral, junto às fontes documentais e iconográficas em diretrizes antropológicas aplicáveis à semiótica, interpretamos os significados dados pela população Kaimbé ao ambiente, aos sítios



arqueológicos, ao seu território e sua identidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: